

# MAPEAMENTO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

CARITAS BRASILEIRA REGIONAL NE 2



CÁRITAS  
BRASILEIRA  
REGIONAL NE2

# APRESENTAÇÃO

O mapeamento da Economia Popular Solidária é uma ação da Cáritas Brasileira Regional NE 2 – CBNE2. Foi realizado entre os meses de julho e dezembro de 2023 como uma iniciativa do secretariado regional em parceria com as Entidades Membro (EM) que desenvolvem ações de Economia Popular Solidária (EPS) no regional. A finalidade foi construir uma base de informação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e das Entidades Membros da Cáritas Brasileira do Regional NE2.

Participaram do processo de mapeamento 14 Entidades Membro – EM e foram mapeados 112 Empreendimentos Econômicos Solidários – EES. A recomendação da assessoria regional foi que deveriam ser mapeadas todas as iniciativas de trabalho e renda envolvidas nas ações da Cáritas no território. Este documento é uma sistematização desse processo que por meio de uma linguagem simples e acessível procura socializar as informações e leituras possíveis. Ele está organizado em duas partes.

A parte 1 apresenta os resultados obtidos junto às Entidades Membros e a parte 2 traz as informações coletadas dos EES. Além disso, consta ainda, uma introdução e algumas considerações. Partimos do pressuposto que em todo e qualquer processo de pesquisa e estudo da realidade existem limitações e condicionalidades, seja de recorte metodológico, seja da própria logística dos processos. Mesmo assim, a depender do paradigma societário, da visão de mundo que se tenha é possível construir bases de uma intervenção qualificada, no nosso caso, na perspectiva da construção da sociedade do Bem Viver.

Por fim, desejamos que, ao desvelar a realidade em que se encontram os que fazem a EPS no nosso regional, possamos construir, coletivamente, uma proposta de intervenção social que contribua para a diminuição das desigualdades. Que o exercício da solidariedade seja nosso testemunho de fé. É na esperança de nos mantermos fiéis à nossa missão que nos colocamos para mais este desafio.

**Rosângela Bolte**

Assessora Regional de Economia Popular Solidária (EPS)

**Neilda Pereira da Silva**

Secretária Executiva da Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2

# INTRODUÇÃO

## ① BREVE HISTÓRICO

A Cáritas Brasileira por meio do que chamamos de área de atuação Economia Popular Solidária marcou a ação da Igreja Católica no Brasil na construção do movimento social de economia solidária e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES. Foi uma das primeiras organizações no país a iniciar o fomento às iniciativas de trabalho e renda tendo a cooperação e a solidariedade como princípio e diretriz<sup>1</sup>.

A Cáritas Brasileira tem como missão, “Testemunhar e anunciar o Evangelho de Jesus Cristo, defendendo e promovendo toda forma de vida e, participando da construção solidária da sociedade do Bem Viver, sinal do Reino de Deus, junto com as pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social.”

Desde 1983 por meio dos Projeto Alternativos Comunitários- PACs, a Cáritas Brasileira demarcou um campo de atuação. Por conta da capilaridade da Igreja Católica, sua ação chegava junto aos setores mais empobrecidos da sociedade, populações periféricas dos centros urbanos e comunidades rurais mais distantes e isoladas. O apoio da Cáritas se dava no processo organizativo dos grupos produtivos contemplando a formação cidadã e a capacitação técnica. Além disso, a Cáritas Brasileira dispunha de um Fundo de Crédito Solidário que permitia o financiamento dos pequenos projetos produtivos e, efetivamente, contribuiu para a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas. Conforme (BERTUCCI e SILVA, 2003, p. 34), “A Cáritas entre 1995 e 2000 apoiou 1004 Projetos Alternativos Comunitários – PACs. Desses projetos, 83% estão em atividade. Foram envolvidas 57 mil pessoas e um total investido de R\$ 7.000.938,00”.

No caso da CBNE 2, as atividades eram realizadas por meio das Entidades-Membro com apoio da cooperação internacional. Com a criação do regional em 2001, as ações foram se ajustando a o novo formato. Passadas quase quatro décadas desde o início da atuação da Cáritas nesse campo, é possível afirmar que a realidade mudou. Alguns avanços são perceptíveis.

<sup>1</sup> Alguns movimentos eclesiais tais como o Movimento Focolares e pastorais sociais como a Pastoral da Criança, Comissão Pastoral da Terra, Pastoral Operária e Conselho Indigenista Missionário também tinham ações no campos de geração de trabalho e renda, contudo a Cáritas Brasileira se consolidou como principal interlocutora da Igreja Católica junto ao FBES.

No Nordeste, saímos da lógica do combate à seca para o paradigma de convivência com o semiárido e a Cáritas foi uma das promotoras dessa construção. Desde a ação direta junto aos grupos e comunidades rurais passando pela criação da Articulação do Semiárido – ASA. Essa organização tornou-se o principal espaço de articulação das organizações populares incidindo politicamente na proposição de políticas públicas e na execução de programas e projetos.

Outra mudança que vale destacar são as iniciativas de geração de trabalho e renda. Os PACs foram sementes do que hoje denominamos de Empreendimentos Econômicos Solidários. São empreendimentos caracterizados pela posse coletiva dos meios de produção e pelo controle dos processos de trabalho através da autogestão, cooperação e solidariedade sob controle dos trabalhadores associados (Oliveira, 2012).

A Economia Popular Solidária, no nosso regional, tem se firmado no apoio aos grupos mais vulneráveis da sociedade. O público que se destaca são as mulheres, juventude, catadores de materiais recicláveis e povos e comunidades tradicionais. As feiras como espaço de comercialização coletiva têm sido uma estratégia importante para visibilização da agricultura familiar e economia solidária. No tocante a formação, a Cáritas tem fomentado os intercâmbios de saberes como proposta pedagógica de educação popular.

Em 2020, com o apoio da Misereor, a CBNE2 realizou um mapeamento que identificou 43 grupos de mulheres. No que tange a formação, destacamos o curso para 15 multiplicadores de EPS nos 04 estados de atuação do Regional NE2 com envolvimento de 12 Entidades Membro. No protagonismo juvenil foi destaque a participação de 80 jovens no I Encontro Nacional de Economia Popular e Solidária e Juventudes. Realizou ainda os intercâmbios entre grupos de EPS do estado de Alagoas, intercâmbio entre grupos da Paraíba e Rio Grande do Norte.

Apesar das importantes mudanças ocorridas, as estruturas de um sistema perverso permanecem. Em algumas situações foram até acentuadas. Convivemos com retrocessos no mundo do trabalho similares a barbárie do início do capitalismo. Os vários retrocessos impostos, pelo governo federal de perfil ultraconservador, somado a pandemia do Corona Vírus, trouxeram consequências devastadoras na vida dos mais pobres e vulneráveis. É neste cenário que nos desafiamos mergulhar, pois como dizia o educador popular “ninguém luta contra as forças que não compreende, cuja importância não mede, cujos contornos não discerne”. (FREIRE, 1980,40).

## 2 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para este mapeamento se fez necessário esclarecer alguns conceitos e definições sobre: Economia Solidária, Empreendimentos Econômicos Solidários e Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento. Partindo do pressuposto que a produção do conhecimento é um processo coletivo e processual, a economia solidária é um conceito em construção. Por isso, partilhamos algumas afirmações:



### ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Economia Solidária como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. (SINGER, 1998).
- Economia Solidária é o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva, cooperada e auto gestonária. (SIES, 2009, p.3)



### EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

São empreendimento caracterizados pela posse coletiva dos meios de produção e pelo controle dos processos de trabalho através da autogestão, cooperação e solidariedade sob controle dos trabalhadores associados.



### ENTIDADE DE APOIO, ASSESSORIA E FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

São aquelas organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento (SIES, 2009, p.3).



### 3 OBJETIVOS

**Objetivo Geral:** Construir uma base de informações sobre os EES na Cáritas Regional Nordeste 2 que potencialize a integração econômica dos grupos produtivos e fortaleça os processos organizativos dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

**Objetivos Específicos:** **1)** Mapear os EES no regional Nordeste 2 acompanhados pela Rede Caritas, identificando suas condições efetivas na atual conjuntura; **2)** Analisar as condições efetivas das Entidades Membro no tocante ao acompanhamento aos grupos produtivos; **3)** Construir uma rede de cooperação e comercialização entre os grupos produtivos no regional; e **4)** Criar um catálogo de produtos e serviços que favoreça uma rede de cooperação e comercialização entre os grupos produtivos no regional.

### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O Mapeamento da Economia Solidária da Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2, foi realizado de forma colaborativa com as Entidades Membro do regional. Para tanto, foram criadas duas equipes. Uma comissão regional e uma coordenação regional do processo.

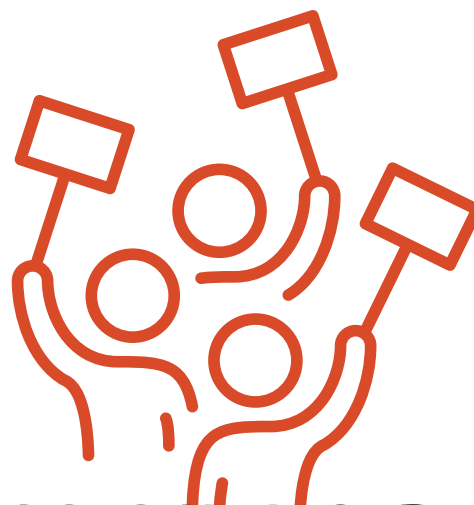
A comissão regional foi formada por 14 Agentes de Desenvolvimento Local (ADL) e Educadores/as indicadas/os pelas Entidades Membro. Foram as entrevistadoras/es responsáveis por realizar as visitas aos empreendimentos econômicos solidários para coleta de informações com o apoio do articulador estadual em cada Fórum Estadual da Rede Cáritas. As EM construíram suas agendas e estratégias de acordo com seus territórios.

A coordenação regional foi composta pela assessora regional de EPS, coordenadora pedagógica e uma representante de uma Entidade Membro (Cáritas Diocesana de Garanhuns). A coordenação regional do Mapeamento realizou reuniões, momentos formativos com as/os entrevistadoras/es e atividades específicas para monitoramento do processo. Foram criados dois instrumentos de coletas. Um formulário destinado às Entidades Membro da Cáritas e outro, aos Empreendimentos Econômicos Solidários. A coordenação regional fez a condução metodológica do processo, contendo a análise das informações e elaboração do relatório final.





# PARTE 01



**ENTIDADES MEMBRO DA CÁRITAS  
BRASILEIRA REGIONAL NORDESTE 2  
ATUANTES NA EPS**

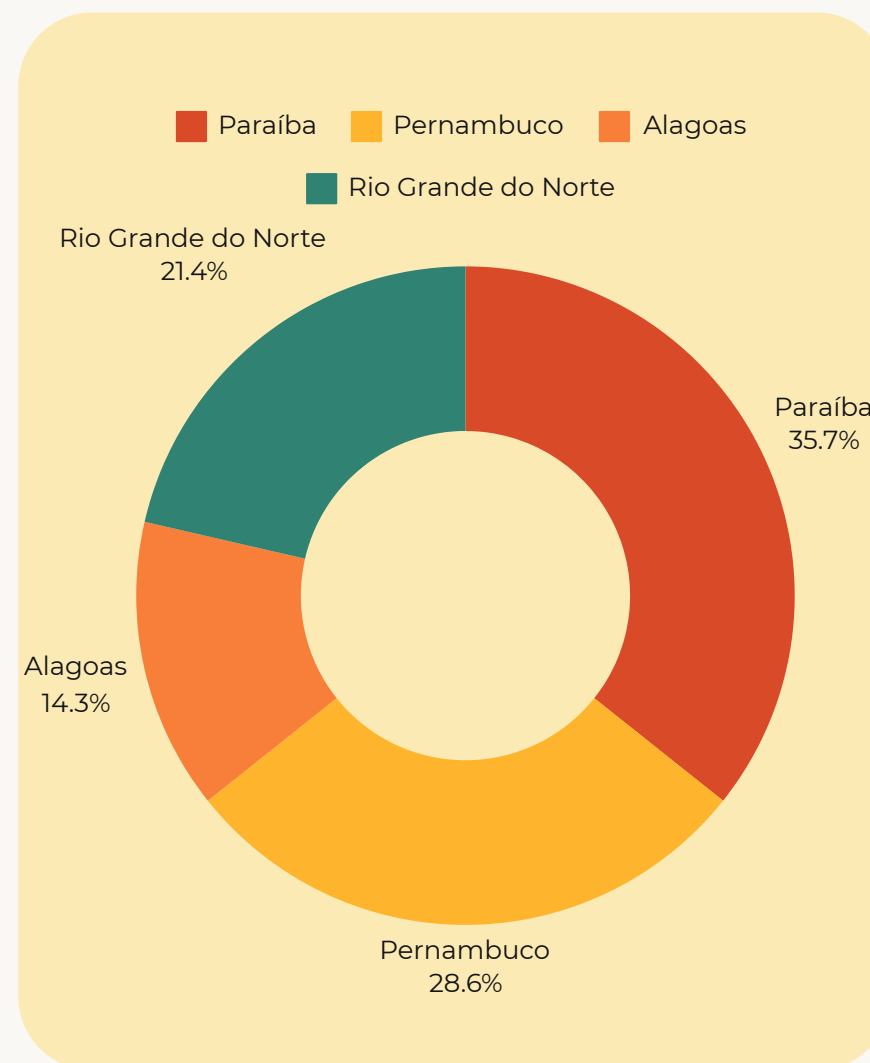


## 1 REPRESENTAÇÃO DAS ENTIDADES MEMBRO POR FÓRUM CÁRITAS ESTADUAL

As Entidades Membro da Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2 se articulam por meio dos Fóruns Estaduais. Essa estratégia visa fortalecer a Rede Cáritas em cada estado. Ao mesmo tempo que dá visibilidade às ações que são acordadas nos espaços dos Fóruns Estaduais possibilitam os processos organizativos das próprias EM nos seus territórios. No gráfico abaixo é possível identificar a configuração desse processo.

Das Entidades Membro envolvidas no processo do mapeamento, a Paraíba aparece com a participação de todas as entidades, a saber: Ação Social Arquidiocesana de Paraíba – ASA, Ação Social Diocesana de Cajazeiras – ASDICA, Ação Social Diocesana de Patos – ASDPB, Cáritas Diocesana de Campina Grande e a Cáritas Diocesana de Guarabira. Em seguida, o Fórum de Pernambuco com Cáritas Arquidiocesana de Olinda e Recife, Cáritas Diocesana de Garanhuns, Cáritas Diocesana de Pesqueira e a Fundação Monsenhor Petronilo Pedrosa (Diocese de Nazaré da Mata). O Fórum do Rio Grande do Norte aparece com as três EMs: Cáritas Arquidiocesana de Natal, Cáritas Diocesana de Caicó e a Cáritas Diocesana de Mossoró. O Fórum Cáritas de Alagoas, a Cáritas Arquidiocesana de Maceió e a Cáritas Diocesana de Palmeira dos Índios conseguiram responder o formulário.

Durante o período do mapeamento, a Cáritas Diocesana de Penedo encontrava-se em processo de adequação dos estatutos e formalização da diretoria da Entidade, preferiu não participar neste momento<sup>[2]</sup>.



<sup>2</sup> A proposta do regional é que, após a análise e sistematização dos dados deste primeiro momento, cujo período foi de julho a dezembro de 2023, o formulário seria re-aberto para as outras EM que desejassem realizar o mapeamento. Ainda vai haver um ajuste na metodologia para complementação dos novos dados a serem obtidos.



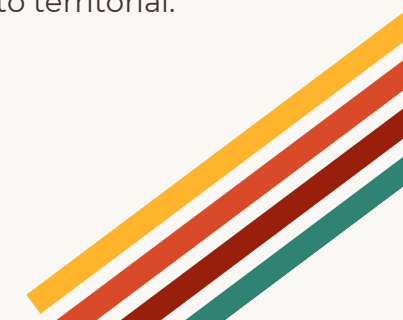
## 2 ATUAÇÃO DAS ENTIDADES MEMBRO POR MUNICÍPIOS

Na tentativa de compreender como a Entidade Membro se situa no território no qual está inserido, foi perguntado em quantos municípios da (Arqui)Diocese a EM atua, destes, em quantos atua com Economia Popular Solidária – EPS, quantos EES acompanham e se existem outros EES no território da Diocese.

ENTIDADE MEMBRO	Nº DE MUNICÍPIOS ATUANTES	Nº DE MUNICÍPIOS COM AÇÕES	EES'S ACOMPANHADOS PELA ENTIDADE	OUTROS EES'S EXISTENTES NO TERRITÓRIO DA (ARQUI) DIOCESE
Ação Social Arquidiocesana da Paraíba	05	01	01	Não sabe informar
Ação Social Diocesana de Cajazeiras	58	07	0	-
Ação Social Diocesana de Patos	21	11	40	Os grupos são acompanhados pela entidade membro no território da Diocese de Patos, a partir do projeto da Misereor
Cáritas Arquidiocesana de Maceió	02	02	05	-
Cáritas Arquidiocesana de Natal	10	04	05	Quintais produtivos
Cáritas Arquidiocesana de Olinda e Recife	03	02	04	4 acompanhados pela CBNE2
Cáritas Diocesana de Caicó	23	11	28	Na região do Seridó existem 13 associações de catadores/as de materiais recicláveis que, no entanto, não possuem ainda uma compreensão definida de que são empreendimentos solidários.
Cáritas Diocesana de Campina Grande	06	03	09	Não sabe informar

ENTIDADE MEMBRO	Nº DE MUNICÍPIOS ATUANTES	Nº DE MUNICÍPIOS COM AÇÕES	EES'S ACOMPANHADOS PELA ENTIDADE	OUTROS EES'S EXISTENTES NO TERRITÓRIO DA (ARQUI) DIOCESE
Cáritas Diocesana de Garanhuns	10	04	06	Grupos acompanhado pela FETAPE e pela URFPE
Cáritas Diocesana de Guarabira	10	03	12	-
Cáritas Diocesana de Mossoró	Em processo de articulação e fortalecimento da E.M. na Diocese	Sabemos que existem vários, contudo não sabemos precisar esse quantitativo	0	Atualmente não acompanhamos, estamos construindo o processo de mapeamento e possibilidades de trabalho
Cáritas Diocesana de Palmeira dos Índios	05	01	01	Agricultura Familiar
Cáritas Diocesana de Pesqueira	13	07	12	-
Fundação Monsenhor Petronilo Pedrosa	35	03	03	Biodigestores

No quadro acima percebemos os processos diferenciados das EM no tocante a representatividade das ações de EPS em relação a área de atuação das (Arqui)Dioceses. É importante destacar que estas são informações oferecidas pelas diretorias e/ou responsáveis das Entidades Membro. Sobre a informação se havia outros EES no território, mesmo que não fossem acompanhados pela EM, foi possível identificar algumas organizações e empreendimentos na área de produção de alimentos e materiais recicláveis. Nem todas as Entidades Membro responderam essa questão, visto que não era pergunta obrigatória. A intencionalidade desta pergunta era identificar possíveis parcerias e construir futuras redes solidarias entre os empreendimentos fortalecendo assim, o desenvolvimento territorial.



### 3 INCIDÊNCIA POLÍTICA: ESPAÇOS DE ARTICULAÇÃO E PARCERIA

No tocante a identificação de relações de parcerias, foi perguntado se a EM participava de outras Redes, Fóruns e Articulações. A tabela abaixo procura demonstrar como isso acontece na Cáritas Regional NE2.

ENTIDADE MEMBRO	PARTICIPAÇÃO EM REDES DE ARTICULAÇÃO	REDES DE ARTICULAÇÃO PARTICIPANTES
Ação Social Arquidiocesana da Paraíba	Não	-
Ação Social Diocesana de Cajazeiras	Não	-
Ação Social Diocesana de Patos	Sim	Articulação do Semiárido Paraibano e Brasileiro e Rede Sertão Paraibano
Cáritas Arquidiocesana de Maceió	Não	-
Cáritas Arquidiocesana de Natal	Não	-
Cáritas Arquidiocesana de Olinda e Recife	Não	-
Cáritas Diocesana de Caicó	Sim	Fórum Potiguar Cáritas, Fórum Potiguar de Economia Solidária; Fórum Brasileiro de Economia Solidária; Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó; Fórum Estadual dos Direitos das Crianças e Adolescentes; Fórum RN de Mudanças Climáticas; Fórum Nordeste de Mudanças Climáticas; Fórum Nacional Mudança Climática; Fórum de Mudança Climática Núcleo do Seridó.
Cáritas Diocesana de Campina Grande	Não	-

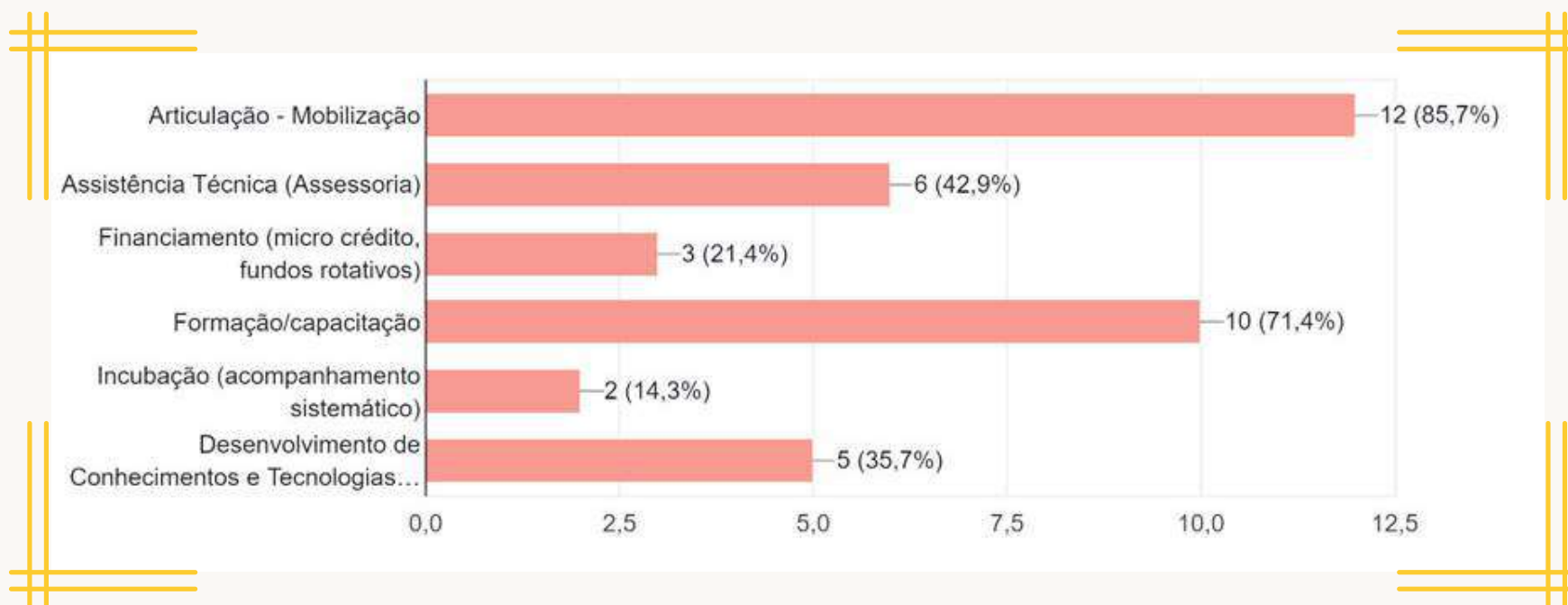
ENTIDADE MEMBRO	PARTICIPAÇÃO EM REDES DE ARTICULAÇÃO	REDES DE ARTICULAÇÃO PARTICIPANTES
Cáritas Diocesana de Garanhuns	Sim	Fórum Economia Solidária PE
Cáritas Diocesana de Guarabira	Sim	Fórum de ECOSOL da Diocese de Guarabira
Cáritas Diocesana de Mossoró	Sim	Rede Cáritas Regional NE 2
Cáritas Diocesana de Palmeira dos Índios	Sim	ASA
Cáritas Diocesana de Pesqueira	Sim	Rede SEMEAM, ASA
Fundação Monsenhor Petronilo Pedrosa	Sim	-

Nessa tabela é possível perceber que a maioria (57,1%) participa de espaços de articulação social. Foram citados o Fórum Potiguar de Economia Solidária, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó, Fórum Estadual dos Direitos das Crianças e Adolescentes, Fórum RN de Mudanças Climáticas, Fórum Nordeste de Mudanças Climáticas, Fórum Nacional Mudança Climática, Fórum de Mudança Climática Núcleo do Seridó. Destaque para o Fórum do RN que concentra uma significativa participação nos espaços de incidência política.

#### 4 TIPO DE ATUAÇÃO DA ENTIDADE MEMBRO NA EPS

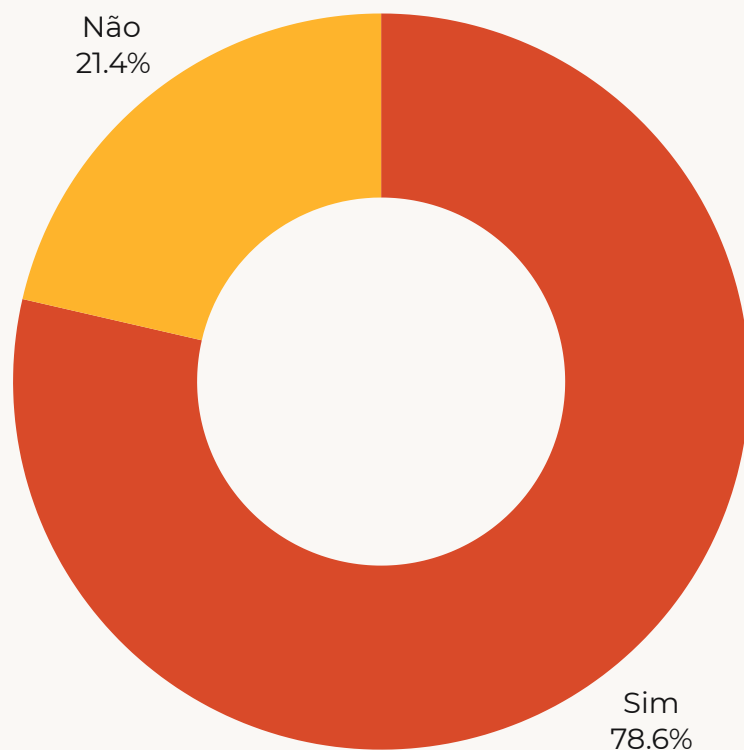
No que se refere ao tipo de atuação da Entidade Membro no campo da EPS, que tipo de trabalho desenvolve, o gráfico a seguir apresenta o seguinte resultado.





O gráfico exposto indica que a principal intervenção das Entidades Membro em EPS está na articulação e mobilização seguido pela formação, capacitação e assessoria técnica. Para quem assinalou a opção "Desenvolvimento de Conhecimentos e Tecnologias Sociais", o formulário pediu para descrever quais tecnologias sociais eram desenvolvidas. Como esta não era pergunta obrigatória, apenas cinco respostas apareceram: Quintais produtivos/canteiros econômicos; cisterna, Biodigestor e Bioágua. Outras EM apresentaram o desejo de trabalhar nesta área: "estamos tentando ter conhecimento nesta área para solucionar problemas socioeconômico de comunidade pobres e carentes". Outra Entidade membro respondeu que "objetivamos promover formação e ou acompanhamentos de grupos, encontros, seminários para possíveis implantações das tecnologias sociais nas áreas pastorais da Diocese com vistas aos empreendimentos solidários." Perguntados se na Entidade Membro existe uma pessoa responsável pelo acompanhamento dos EES, temos o seguinte resultado:

## A ENTIDADE MEMBRO TEM UM RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS?



Apesar de 78% das EM afirmarem que dispõem uma pessoa para o acompanhamento do EES, ao indicar o nome deste responsável, algumas repostas foram generalistas: “Representantes locais”, “Agentes de Desenvolvimento Local - ADL do Projeto Tecendo Redes”, “Equipe técnica formada por: 3 Educadores Sociais e uma Assistente Social”.

Das 21,4% Entidades Membro que não tem uma pessoas responsável diretamente pelo acompanhamento, descreveram que o acompanhamento é feito por meio de “reuniões periódicas, formação e organização internas, pelos voluntários, visitas mensais ou de acordo com a demanda, através de reuniões online e alguns encontros presenciais periódicos”.

## 5 DIFICULDADES NA EXECUÇÃO DA AÇÃO

Outra questão importante que constou neste formulário foi identificar as dificuldades que as EM encontram nas ações da Economia Popular Solidária e quais sugestões teriam para apresentar a CBNE2 no sentido do fortalecimento da Rede na linha da EPS.

### Situação geral da relação entre as Em sobre a atuação com as EPS



No gráfico acima é notório que as dificuldades que as Entidades Membro encontram na atuação com a EPS, apresentadas são a falta de recursos financeiros e poucos voluntários. Seguidos pela falta de conhecimento sobre EPS, assessoria técnica, manter o acompanhamento dos EES, a distância geográfica e falta de engajamento<sup>[3]</sup>. No que tange as sugestões apontadas pelas EM para o regional da Cáritas, questão que foi apresentada por meio de uma lista (questão aberta), na qual destacam-se: Formação presencial em EPS, Tecnologias Sociais e Elaboração de novos projetos. O aumento na Assistência técnica também foi considerado como um tema relevante pelas entrevistadas/os. Por fim, é importante destacar que o exposto nesta sistematização demonstra a leitura da gestão das Entidades Membro. É o olhar da instituição sobre as ações de Economia Popular Solidária nos seus territórios. O que pensa os Empreendimentos Econômicos Solidários de seus processos organizativos será apresentado na segunda parte deste relatório.

[3] Não é possível saber se a falta de engajamento é dos grupos envolvidos ou se é da equipe técnica nos processos de assessoria. Também não ficou claro se a distância geográfica refere-se a distância da Sede da EM ou se é a distância entre os EES.



# PARTE 02



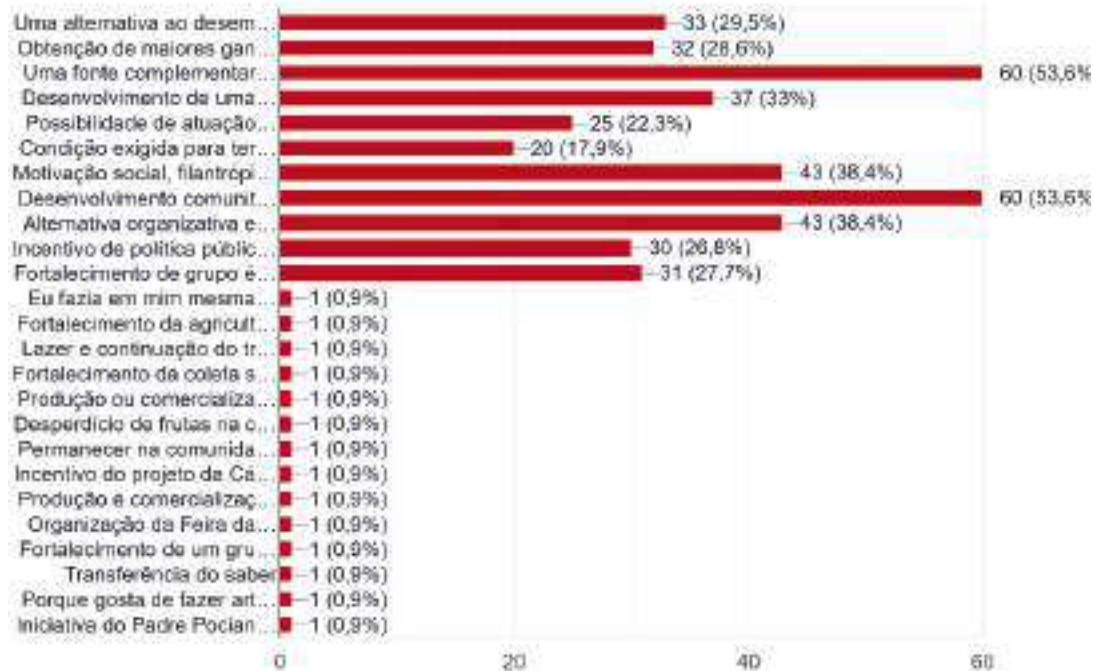
## **EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**





# 1 CARACTERÍSTICAS GERAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA

## O que motivou a criação do empreendimento?



Uma das primeiras revelações do resultado deste mapeamento é a informação de que, entre as pessoas que participam dos EES acompanhados pela CBNE2, 71% são mulheres (29% homens). De forma que não há como analisar os dados aqui postos, sem considerar as condições de gênero, de desigualdade de oportunidades, de violência e abusos que as mulheres, historicamente, foram e ainda são submetidas.

Desde o processo da elaboração do formulário, uma questão que se impunha como relevante era descobrir quais as motivações para criação do empreendimento. Se foi interesse do grupo ou de agentes externos, perceber se a motivações permanecem ou se foram alteradas. A ideia era levar o grupo a revisitar esses momentos iniciais de seus processos organizativos. Segue as informações obtidas:

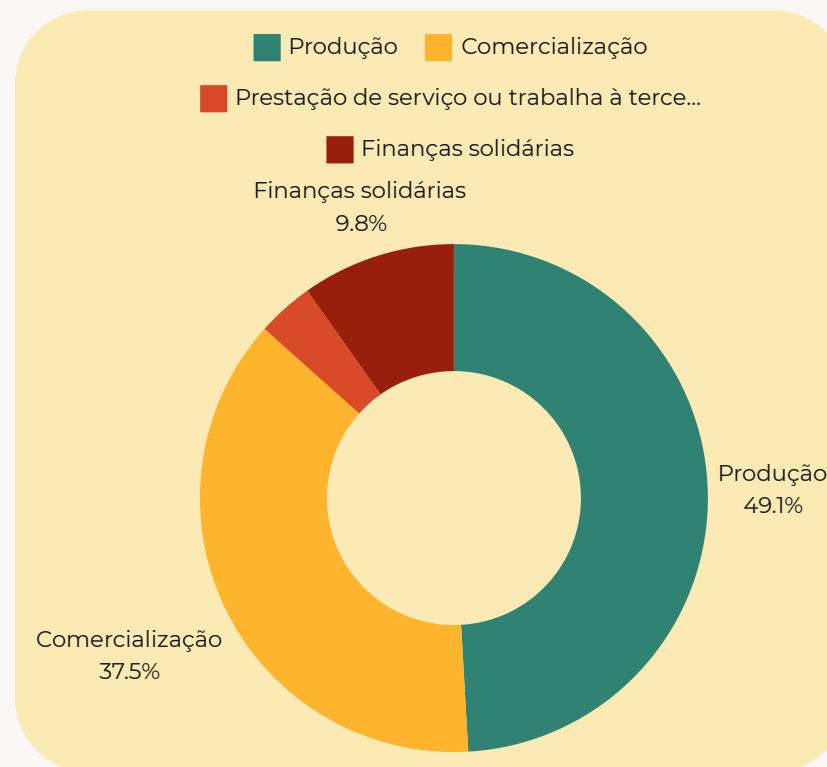
No gráfico anterior, percebe-se que as motivações “Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades” e “Fonte complementar de renda para as/os associadas/os” aparecem com o mesmo percentual (53,6%). Da mesma forma, a “Alternativa organizativa e de qualificação” e a motivação “social, filantrópica ou religiosa” ambas com 38,4%. Destaque para as questões “Desenvolvimento de uma atividade em que todos são donos” (33%) e “Alternativa ao desemprego” (29,5%).

Uma primeira leitura possível é que mais da metade dos EES se organizaram a partir da premissa que a criação do grupo possibilitaria um processo organizativo da comunidade e seria uma fonte COMPLEMENTAR de renda (e não de sobrevivência) para seus associados. A qualificação e as motivações no campo da ética e da moral apontam para uma “visão de mundo” das pessoas envolvidas nesses empreendimentos. Isso é reafirmado pela declaração da atividade produtiva com princípios auto gestionários. Percebe-se que mesmo que a renda seja complementar, uma parte significativa dos EES, acredita que a atividade produtiva é uma alternativa ao desemprego.

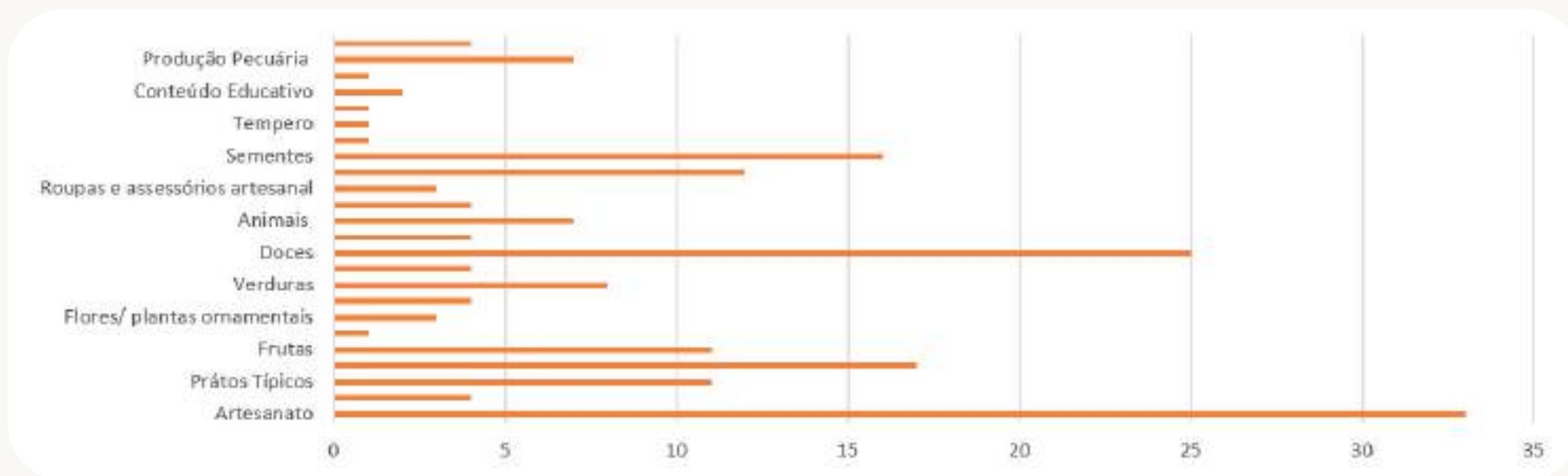
Na tentativa de identificar quais as principais atividades econômicas nos quais esses empreendimentos estão envolvidos, obtivemos as seguintes informações:

**Dentre as categorias de atividade econômica realizada pelo EES indique qual a principal:**

É notório que os EES acompanhados pela Cáritas Brasileira tem uma forte base assentada nos processos de produção e na comercialização de seus produtos. Foi informado que quase 10% dos empreendimentos apresentam as Finanças Solidárias como atividade econômica.



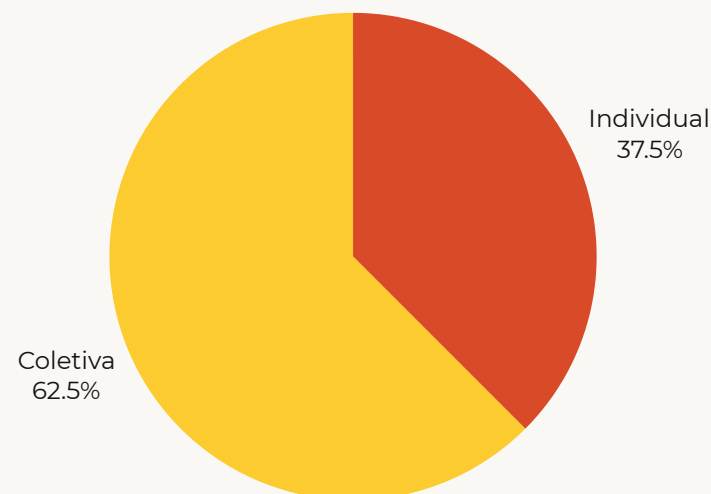
## Principais Produtos produzidos pelos empreendimentos



Pelo que está posto, é perceptível a expressão do artesanato nos Empreendimentos Econômicos Solidários acompanhados pela CBNE2. Considerando que a maioria dos empreendimentos estão localizados na área rural com participação expressiva das mulheres, significa que aí reside um potencial importante para se criar uma Rede Colaborativa no campo da comercialização. Tanto do artesanato como de outros produtos tais como doces, frutas e sementes.

Sobre os processos de trabalhos, procuramos identificar quais elementos apontam para a autogestão e a solidariedade que são princípios basilares da Economia Popular Solidária. Nesse sentido, algumas questões foram tratadas neste mapeamento. Sobre a produção, temos o seguinte gráfico.

### Como é feita a produção?



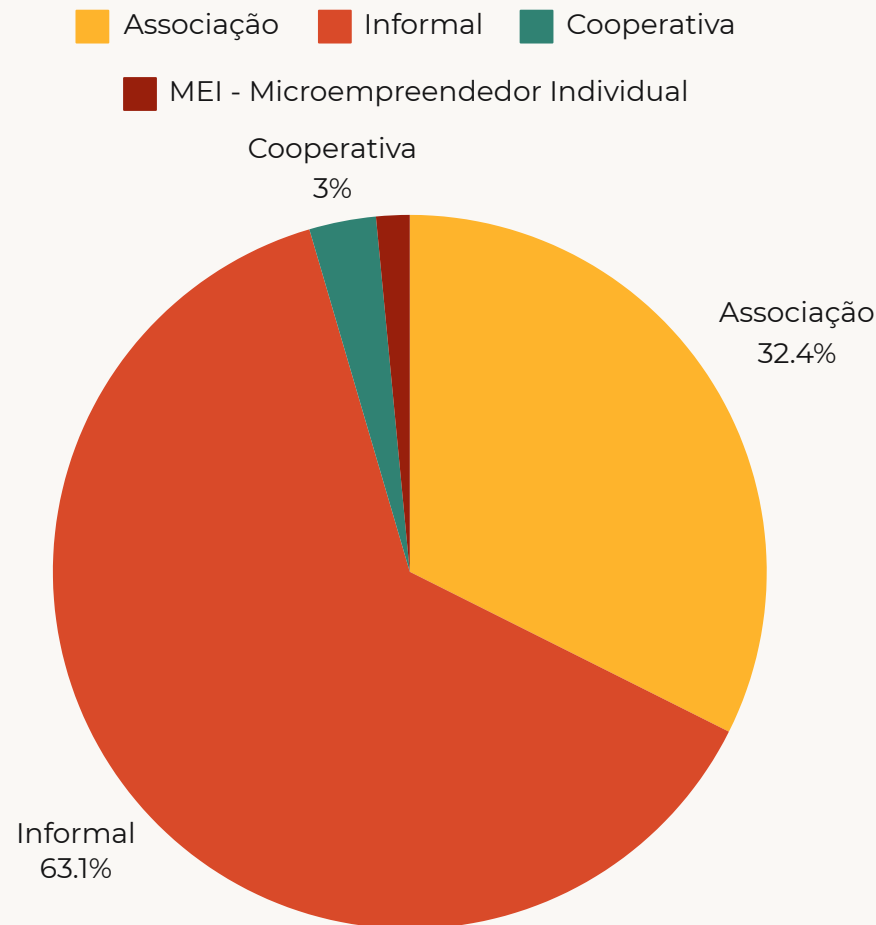
É salutar identificar que a maioria significativa dos EES (62,5%) envolvidos com a Cáritas realize sua produção de forma coletiva. Contudo, é preocupante quando 37,5% afirmam que a produção é individual. Obviamente que um dado não pode ser analisado de forma isolada, mas é imprescindível considerar, a atual disputa de narrativa que pauta o mundo do trabalho.

O grande capital e seus aliados impõem a bandeira do empreendedorismo como única saída à falta de emprego e ao desemprego. Deslocando, como sempre fez o liberalismo, a responsabilidade do Estado para o indivíduo. Assim, afirma a ideologia capitalista, é preciso investir na capacidade empreendedora das pessoas de forma que estas possam se tornar “empresárias de si mesmo.” Isso nada tem a ver com os Economia solidária. Fica o desafio de aprofundar o debate sobre a EPS e o empreendedorismo dentro da Rede Cáritas.

Um resultado que parece ter relação com a forma de produção é a questão da localização dos Empreendimentos, visto que, neste caso, as respostas foram bem aproximadas. A maioria (64,3%) dos empreendimentos estão localizados na área rural e 31,3% na área urbana. É sabido que os empreendimentos no mundo urbano têm outras exigências e particularidades diferentes dos EES da área rural. A própria constituição dos aglomerados urbanos nas periferias das cidades é composta, muitas vezes, por pessoas vindas de diferentes lugares. Os laços familiares, de parentesco, as vezes até ancestrais são mais raros. O que marca essa população é a luta pela sobrevivência. Esse pode ser um elemento aglutinador ou de individualismo e concorrência.



## No que tange ao formato jurídico dos EES, estes estão assim organizados:



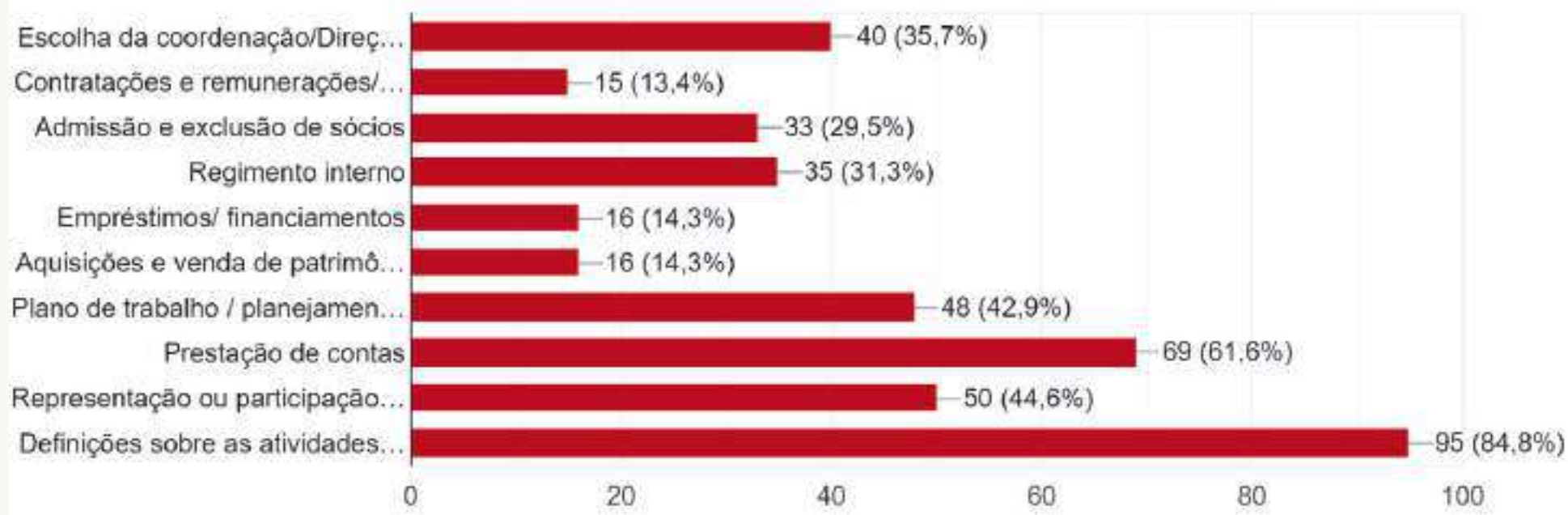
As informações aqui oferecidas nos permitem observar que a informalidade (62,5%) predomina nos EES. Uma parte importante está organizada em associações, algumas cooperativas, mas já aparece no mapeamento a figura do Microempreendedor Individual - MEI.

É importante salientar que a formalização de um grupo produtivo sempre foi um debate na Economia Solidária, visto que não é o formato jurídico que vai definir se o empreendimento é ou não de Economia Solidária. Não é difícil encontrar cooperativas e associações operando como qualquer empresa privada, pautada no lucro e no poder concentrado. A Cáritas Brasileira sempre atuou com grupos empobrecidos e em situação de pobreza extrema. O fato é que muitos desses grupos não são formalizados, não porque não querem, mas porque não tem condições de se formalizarem dado as condições nas quais estão inseridos e as exigências que a burocracia exige.

A formalização é um problema para muitos grupos, principalmente no campo da comercialização. O fato de o empreendimento optar pelo MEI, como formato jurídico, não descarta a possibilidade de um processo de articulação desses empreendimentos na perspectiva de construção de espaços coletivos de organização. Essa é uma questão complexa e merece um estudo mais aprofundado.

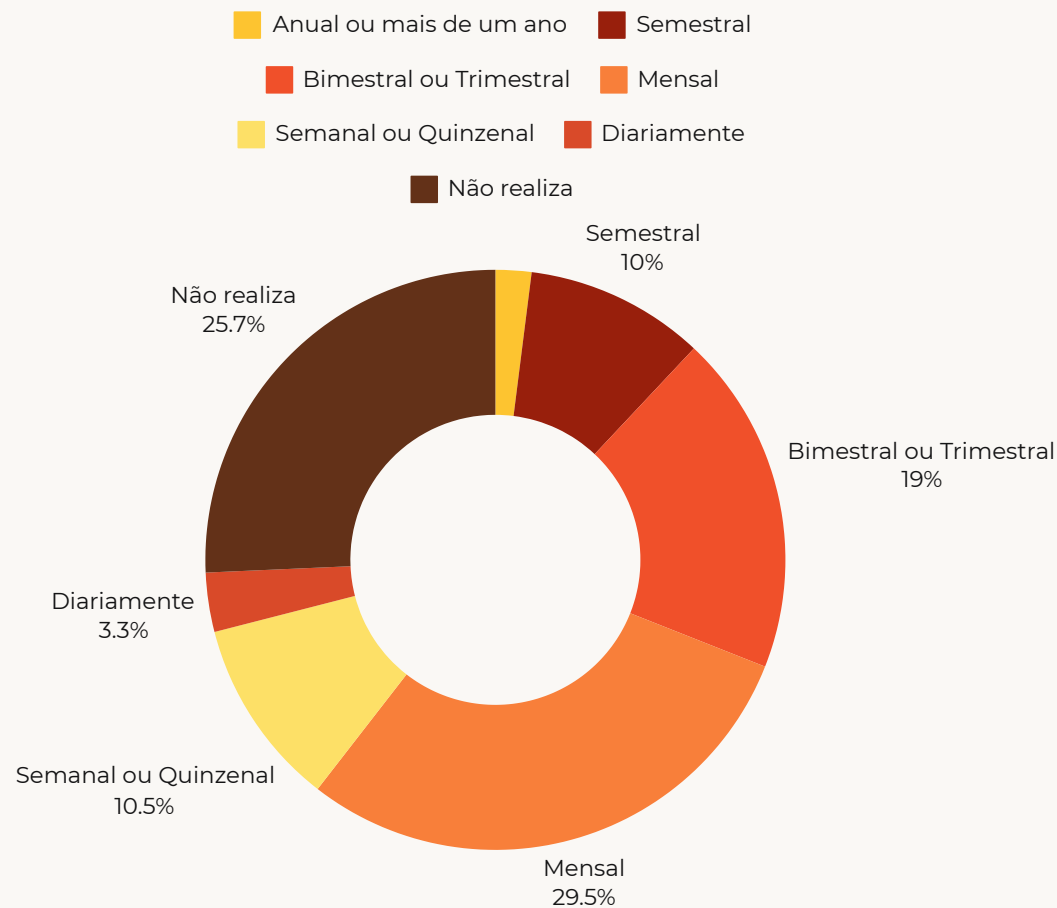
Com esta inquietação, nos dispomos a investigar como se dá o processo interno de autogestão dos grupos produtivos. Para isso, foi perguntado quais as instancias de coordenação e quem tem o poder de decidir no grupo. Destacam-se as seguintes repostas: 33,9% quem tem o poder de decisão nos EES são os Grupos de Trabalho e Comissões, 24,1% são as Coordenações/Direções/Conselho Gestor, 20,5% é a Assembleia dos Sócios.

## Sobre o que é decidido em assembleias, os EES responderam:



Para análise desta informação, é importante retomar que se trata de uma maioria de grupos informais que, normalmente, não têm muita burocracia no seu processo produtivo. Isso pode explicar o fato de que (84,8%) define suas atividades nas assembleias. Esta instância também é usada, principalmente, para prestação de contas (61,6%) e (42,9%) para os Planos de Trabalho. Ainda sobre a assembleia geral, enquanto instância de tomadas de decisão, procuramos identificar a periodicidade, com que frequência essas reuniões aconteciam.

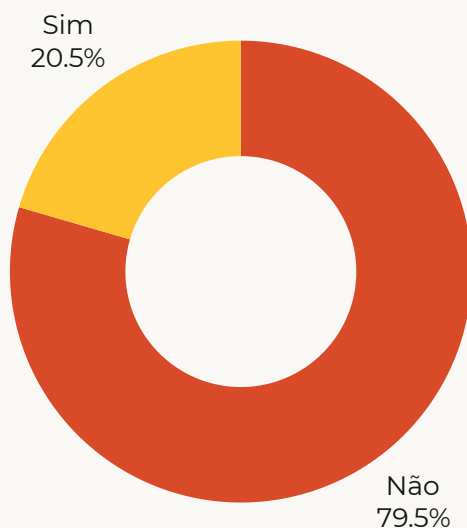
## Qual é a periodicidade de realização da assembleia geral no empreendimento?



Considerando que esta era uma questão que permitia apenas uma resposta e não era uma questão obrigatória, as respostas explicitas neste gráfico nos remete a indagação de qual compreensão, o empreendimento teve acerca da “assembleia geral”.

Visto que, dos 105 Empreendimentos que responderam o formulário, 25,7% afirmam que não realiza assembleia. Supondo que o entendimento do grupo tenha sido, a assembleia geral enquanto espaço de decisão em que todos os membros do grupo participem com igualdade de condições, fica a indagação de quem e em que espaço as decisões são tomadas.

## Podemos dizer que nos empreendimentos os/as sócios/as pertencem a algo povo ou comunidade tradicional?



Entre os que se identificam como Povo ou Comunidade Tradicional, a maioria se reconhece como Comunidade Quilombola. São citados os Povos Originários (Povos Indígenas) e pescadores artesanais. Importante destacar que o Povo Warao (Venezuela) em situação de migração, por ser um dos públicos priorizados pela CBNE2, participou deste mapeamento por realizar iniciativas de trabalho e renda. Apresentamos ao lado uma tabela identificando onde estão localizados esses empreendimentos.

ENTIDADE MEMBRO	COMUNIDADES TRADICIONAIS
Cáritas Diocesana de Palmeira dos Índios/AL	XUKURU KARIRI - Aldeia Mata da Cafurna
ASA/PB	Povo Indígena Warao
Cáritas Diocesana de Garanhuns/PE	Comunidade Quilombola de Estivas
	Comunidade Quilombola Angico de Cima
	Comunidade Quilombola de Atoleiro
	Comunidade Quilombola de Flores
	Comunidade Quilombola Castainho
Cáritas Diocesana de Pesqueira/PE	Comunidade Fundão Associação
	Associação de descendentes de quilombolas Chico Matias
Cáritas Diocesana de Caicó/RN	A comunidade Macambira(I, II, e III) são remanescente de quilombo
	Comunidade Gameleira
Cáritas Arquidiocesana de Olinda e Recife	Pescadores artesanais
Ação Social Diocesana De Patos	Comunidade Quilombola da Pitombeira



Percebe-se uma presença significativa das Comunidades Quilombolas no território da CBNE2. Dos 14 Empreendimentos Econômicos Solidários que responderam o formulário, 11 são de Comunidades Quilombolas.

Na história recente da Economia Solidária no Brasil, tem ganhado força, o campo das Finanças Solidárias como alternativa popular ao sistema financeiro capitalista que concentra lucro e poder nas mãos de poucos. No Brasil, entre as alternativas destacam-se a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, os Fundo Rotativos Solidários e as Cooperativas de Crédito Popular. Cada uma dessas iniciativas tem seus significados e opera de acordo com suas áreas de atuação, contudo todas estão dentro de uma única racionalidade - a solidariedade.

A CBNE2 tem se desafiado a entender esse cenário e atuar de forma mais qualificada. Neste mapeamento foi revelado que 53,6% dos EES conhecem as experiências de Fundos Rotativos. Dos que conhecem, 24,1% faz parte de algum grupo de Fundo Rotativo. Aqui apresentamos um quadro com os grupos de Fundo Rotativos identificados.



ENTIDADE MEMBRO	FUNDO ROTATIVO
Cáritas Diocesana de Cajazeiras (ASDICA)	Banco de Sementes do Assentamento Padre Cleides
	Fundo Rotativo Solidário do IFBDS
	Bolo das Oliveiras
	Banco de Sementes da Associação dos Agricultores do Assentamento Acauã
Cáritas Diocesana de Campina Grande	Grupo de Artesanato
Cáritas Diocesana de Garanhuns	Cooperativa Flor de Dandara
	Fundo Rotativo Solidário Juventudes Quilombolas de Bom Conselho - PE
Cáritas Diocesana de Pesqueira	Fundo Nordeste Solidário
	Grupo da Feira da Agricultura Familiar
	Vencer Juntos
	Fundo Rotativo de Caprinocultura



ENTIDADE MEMBRO	FUNDO ROTATIVO
Cáritas Diocesana de Guarabira	Feira da Agricultura Familiar
	Banco de Sementes Crioulas
	Quintais Produtivos
	Finanças Solidárias
	Fundo Rotativo – Fabricação Polpa de Frutas
	Fogão Agroecológico
	Canteiros Econômicos
	Criações de Animais – Ovinos
	Fundo Rotativo de Animais – Suínos
	Fundo Rotativo de Espécie

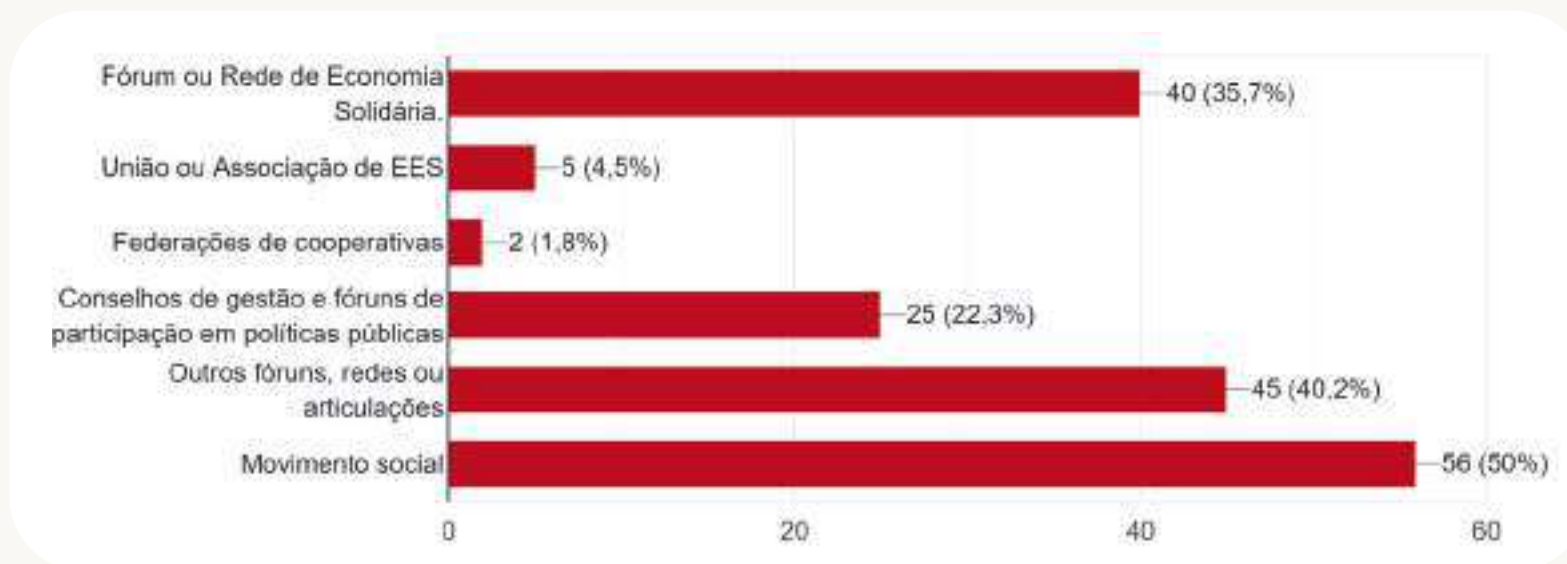


Os Fundos Rotativos Solidários são iniciativas de finanças solidárias que se destacam nas pequenas comunidades por se tratar de grupos auto gestionários, com metodologia simples e acessível à população. Esses Fundos se organizam em nível Nacional por meio da “Rede Nacional de Fundos Rotativos Solidário,” com uma forte presença da região nordeste e do nosso regional, em particular. Um exemplo disso é a região do Polo da Borborema da Paraíba no qual concentra um número significativo de Fundo Rotativos Solidário.

Em Pernambuco, uma experiência que tem se destacado é o Fundo Rotativo Solidário Juventudes Quilombolas de Bom Conselho. O grupo é composto por 16 jovens de 4 Comunidades Quilombolas da região do agreste pernambucano. Com a assessoria da Cáritas Diocesana de Garanhuns e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município Bom Conselho.

Certamente, a Cáritas não atua sozinha nesses espaços, os empreendimentos dialogam com outros atores, sujeitos políticos coletivos que colaboram na articulação e nos processos formativos desses empreendimentos. No que concerne aos espaços de participação e incidência política, os resultados aqui expostos.

### O empreendimento participa de algum fórum, rede de articulação ou movimento social?



É salutar descobrir que na Economia Popular Solidária, a CBNE2 tem uma base atuante nos espaços de participação e incidência política em seus territórios. 50% dos EES atuam em algum movimento social, 35,7% estão nos fóruns específicos de Economia Solidária, 40,2% afirmam participar em outros Fóruns e Redes/articulações e 22,3% participam dos espaços de controle social das políticas públicas. Isso demonstra uma sintonia explícita com a missão da Cáritas Brasileira no que se refere a ação transformação. Nesse sentido, o quadro a seguir, demonstra as instituições/organizações indicadas como parceiras dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

<b>FÓRUM CÁRITAS ESTADUAL</b>	<b>ORGANIZAÇÃO PARCEIRA</b>
RIO GRANDE DO NORTE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cáritas Diocesana de Caicó</li> <li>• Rede Recicla Seridó</li> <li>• Cooperativa de Trabalho dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região do Seridó</li> <li>• Prefeitura Municipal de Caicó</li> <li>• Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)</li> <li>• Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)</li> <li>• Prefeitura Municipal de Currais Novos</li> <li>• Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN</li> <li>• Prefeitura Municipal de Acari/RN</li> </ul>
ALAGOAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa (Coopcam/MPA)</li> <li>• Cáritas Arquidiocesana de Maceió</li> <li>• AAGRA</li> <li>• Universidade Federal de Alagoas (UFAL)</li> <li>• Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)</li> <li>• Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)</li> </ul>

## FÓRUM ESTADUAL

## ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

PARAÍBA

- Ação Social Diocesana e Patos
- Associação Sertão Agroecológico
- Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
- Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
- Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB)
- Faculdade Santa Maria
- Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEDH/SEMDH)
- Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA/PB)
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)
- Associação Comunitária Santo Antônio
- Comissão Pastoral da Terra
- Empresa Mato Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER)
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
- Projeto Cooperar
- Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)
- Centro de Educação Integral Margarida Pereira da Silva (CEMAR)
- Casa de Economia Solidária
- Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social (IFBDS)
- Instituto Nacional do Semiárido (INSA)
- CACTUS-CZ/IFPB
- Lacageo/UFCG
- Ação Social Diocesana de Cajazeiras (ASDICA)
- Cáritas Diocesana de Campina Grande
- Cáritas Paroquial de Montadas
- Cáritas Paroquial São José de Montadas
- Cáritas Paroquial Nossa Senhora das Graças
- Feira da Agricultura Familiar
- Banco de Sementes Crioulas
- Fundo Rotativo de Animais
- Rádio Comunitária FM

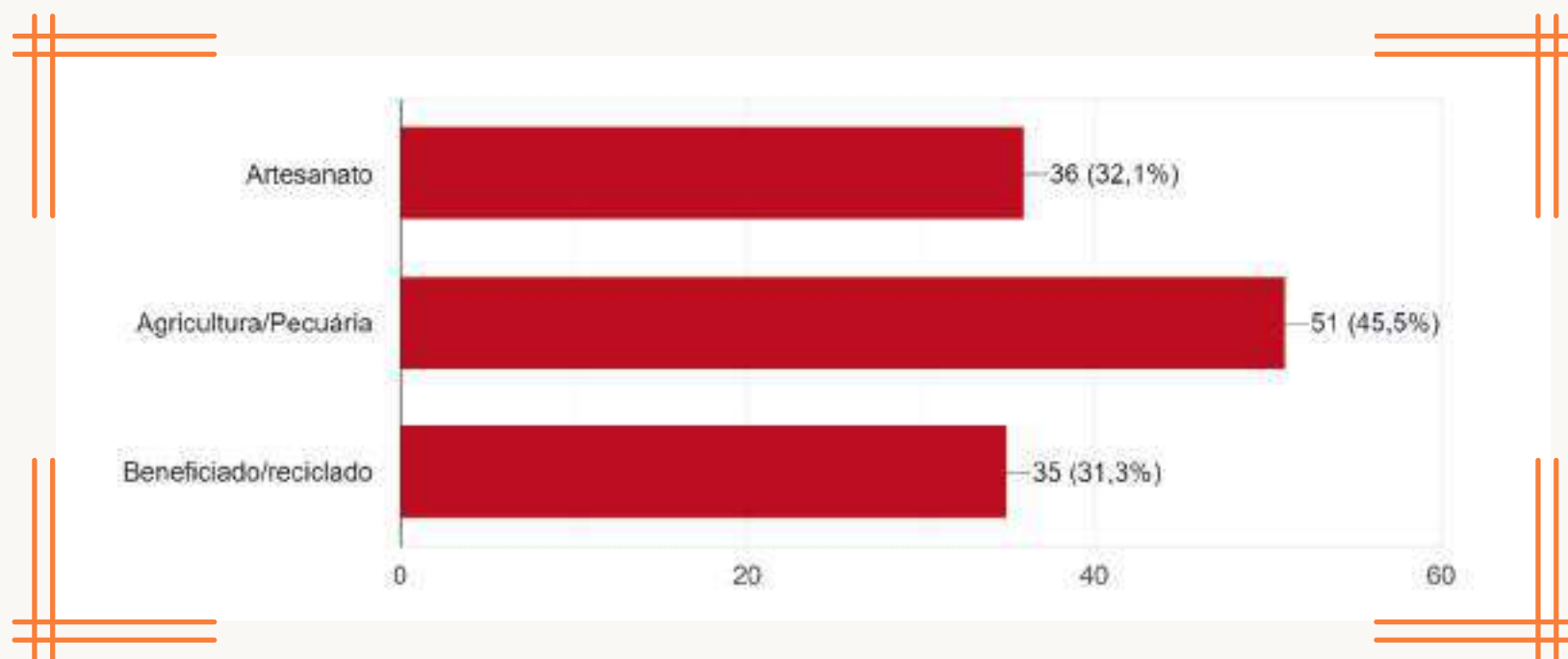
FÓRUM ESTADUAL	ORGANIZAÇÃO PARCEIRA
PERNAMBUCO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cáritas Arquidiocesana de Olinda e Recife</li> <li>• Cáritas Diocesana de Garanhuns</li> <li>• Cáritas Diocesana de Pesqueira</li> <li>• Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2</li> <li>• Prefeitura Municipal de Garanhuns (Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente)</li> <li>• Associação Remanescente dos Quilombos de Estivas</li> <li>• Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pesqueira</li> <li>• Fundo Nordeste Solidário</li> <li>• Centro de Apoio ao Pequeno Produtor (CEDAPP)</li> <li>• Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE)</li> <li>• Conselho de Desenvolvimento Rural</li> <li>• Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA)</li> <li>• Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)</li> <li>• Centro de Artesanato de Itapissuma</li> <li>• Comissão Pastoral da Terra (CPT)</li> <li>• Associação de Engenho Massangana</li> <li>• AMA de Claudete</li> <li>• Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (Suape)</li> <li>• Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)</li> </ul>

## 2 CARACTERÍSTICAS DA COMERCIALIZAÇÃO

A questão da comercialização é sempre um “gargalo” para os que fazem a Economia Popular Solidária. Seja pelos aspectos operacionais que demandam uma capacitação específica para os diversos tipos de mercado, seja porque o MERCADO é um o espaço no qual se confronta, mais explicitamente, o domínio do capital. Ele é marcado pela concorrência brutal dos mais poderosos economicamente. É uma luta desigual competir no mercado marcado pela cultura do mercado capitalista, no qual o consumismo é a principal estratégia para obtenção dos grandes lucros.

Com essa preocupação, decidimos investigar, como os grupos enfrentam este desafio. Uma informação inicial é que (56,3%) planejam a comercialização, mas (43,8%) não planejam. Esse é um indicador preocupante porque não se pode ir para esse espaço sem um planejamento adequado. Sobre os produtos comercializados foram obtidas as seguintes respostas.

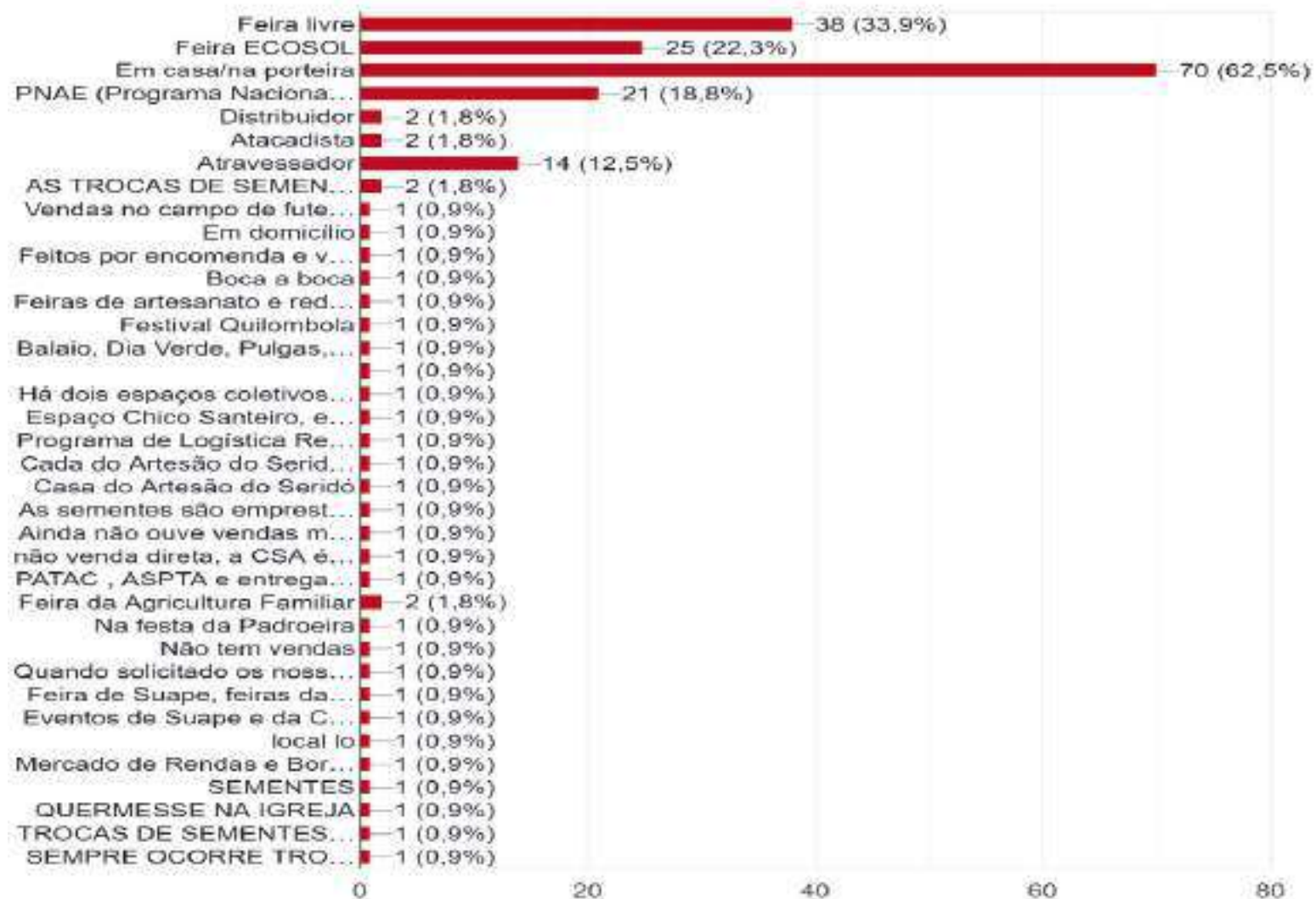
### Qual produto você vende mais?



É importante esclarecer que esta não era uma questão obrigatória no formulário e como procurava identificar o principal produto do grupo produtivo, foi permitido apenas uma resposta. No gráfico acima, os produtos estão agrupados nos tipos de produtos e não no produto em si. De forma que a maioria está no campo da agricultura e pequenos animais, seguido do artesanato e dos beneficiados/reciclados. Outra informação importante é que não significa necessariamente que o produto mais vendido esteja ligado a localização do empreendimento. No caso dos artesanatos é possível identificar grupos tanto na área rural quanto na área urbana ou periurbana.



Perguntados sobre onde as vendas acontecem, os Empreendimentos responderam:

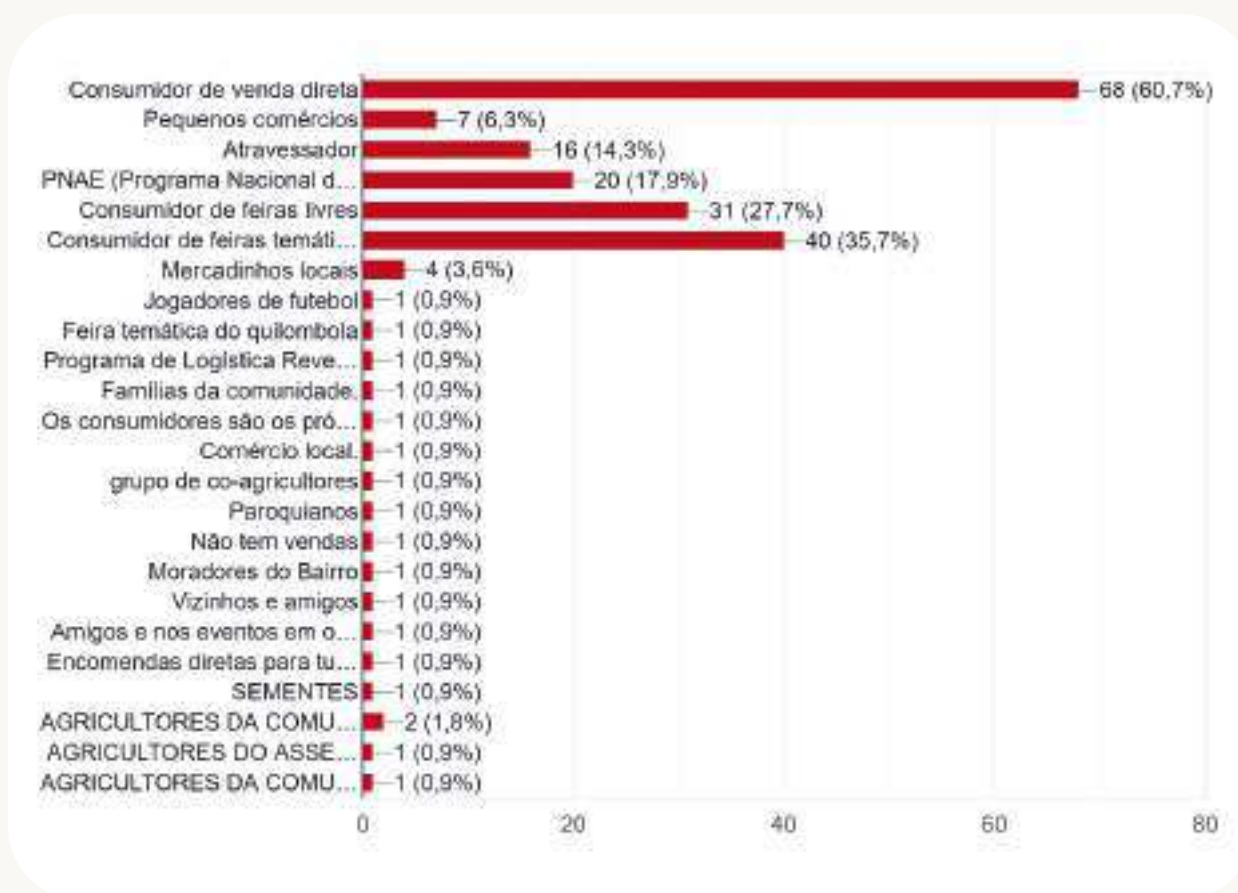


Isso significa que uma maioria significativa (62,5%) vende seus produtos em casa, na “porteira”, certamente, produtos da agricultura familiar como identificado anteriormente. As feiras livres (33,9%) e de economia solidária (22,3%) aparecem com destaque. Já é possível perceber as vendas dos produtos da economia solidária para o mercado institucional. Aqui citado o Programa Nacional de Alimentação Escolar -PENAE. (18,8%). Apenas (12,5%) da comercialização é feita por meio de atravessadores.

Perguntados sobre o perfil do consumidor, as respostas obtidas parecem ter relação com o local de venda dos produtos. Os grupos afirmam que o consumidor de venda direta representa (60,7%). Se consideramos o consumidor das feiras livres (27,7%) e o consumidor das feiras temáticas, nas quais estão incluídas as feiras de economia solidária (35,7%) também como consumidor direto, é possível afirmar que a comercialização (incluída o local de vendas e o perfil dos consumidores) dos EES que a CBNE2 acompanha é profundamente marcada pela relação direta entre produtores e consumidores.

Ainda sobre o perfil do consumidor, aparece um dado sutil que merece um olhar cuidadoso. Segundo demonstram os dados, enquanto as feiras livres aparecem na frente como local de venda é o consumidor da feira temática que se destaca. Esse indicador precisa ser considerado nas estratégias de vendas pensando na renda das trabalhadoras/es na EPS.

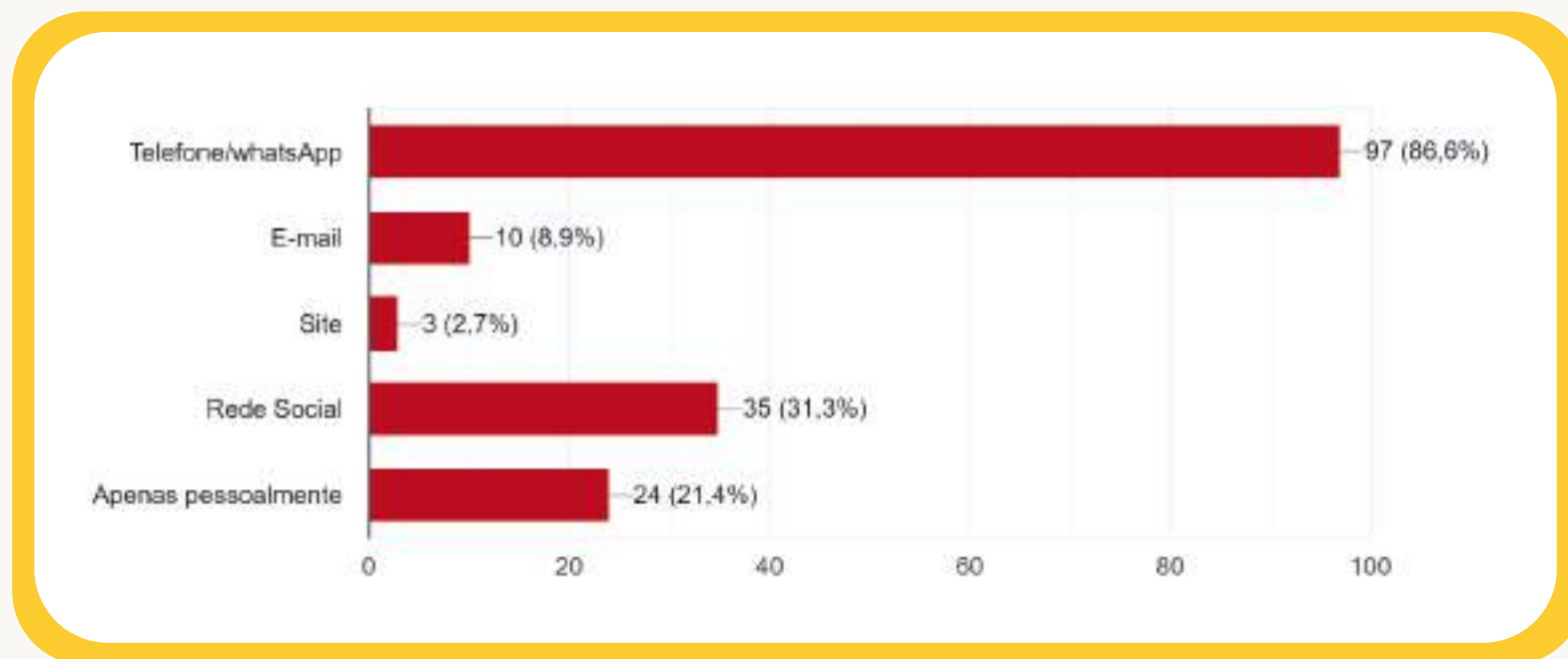
### Perfil do consumidor do produto é?



### 3 CARACTERÍSTICAS DA COMUNICAÇÃO

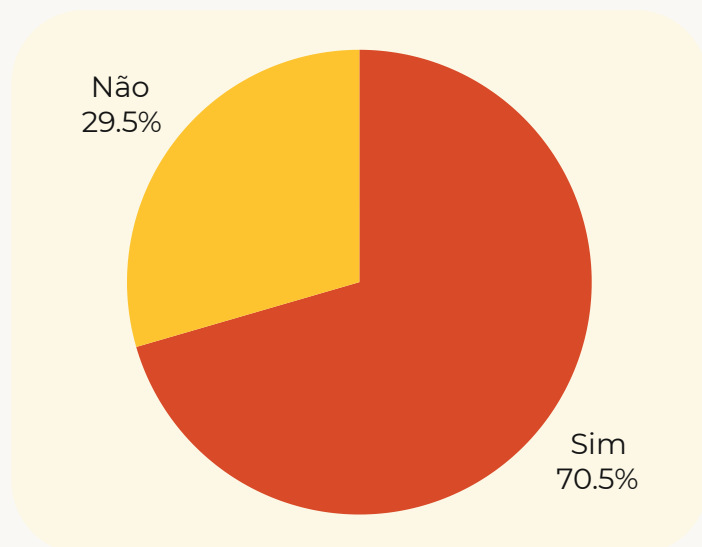
A comunicação é um elemento da cultura necessário em qualquer diálogo que se queira estabelecer na sociedade. No campo da EPS, ela se expressa nos fundamentos e princípios, mas também como uma importante estratégia de mercado. Perguntados se existe alguma forma de divulgação dos produtos, (61,6%) dos Empreendimentos afirmam que sim e (35,7%) dizem que não. Os demais responderam que fazem de forma esporádica.

**Sobre da divulgação nas Redes Sociais, foi perguntado qual Rede Social o grupo usa mais:**



O gráfico afirma que o telefone e aplicativo WhatsApp é o principal instrumento de divulgação dos produtos seguido pelas Redes Sociais (Facebook e Instagram). Preocupados com o acesso e a democratização desse tipo de instrumento foi perguntado se todos participantes do grupo utilizam as Redes Sociais.

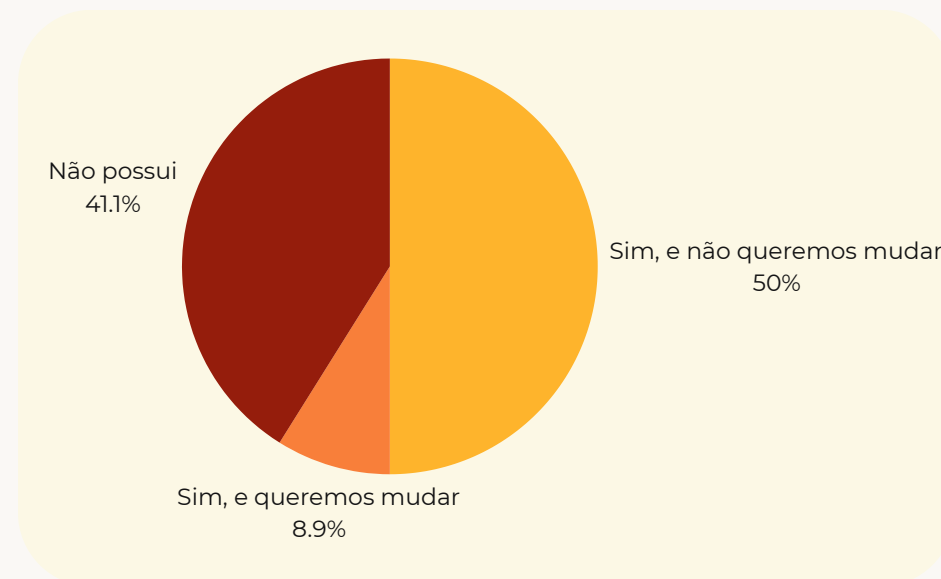
### Todos no empreendimento utilizam Redes Sociais?



Segundo as informações obtidas, não parece ser problema, o manejo e uso das Redes Sociais entre os EES. Como usar esses mecanismos em benefício da comercialização dos produtos da Economia Solidária e como criar aplicativos alternativos que saia das grandes corporações permanece como desafio, de forma geral, para os setores populares, de forma particular para os que fazem a Economia Popular Solidária.

Ainda sobre tema da divulgação dos produtos, foi perguntado se o Empreendimento possuía alguma identidade visual. Foram apresentadas as seguintes respostas.

### O empreendimento possui alguma identidade visual, rótulo ou etiqueta?



O gráfico acima afirma que os EES solidários deram um passo importante no que se refere a identidade visual do grupo. Contudo, uma parte significativa (41,1%) afirma que ainda não possui e (8,9%) informa que já tem uma identidade visual, mas deseja mudar. Isso indica para o regional que essa é uma demanda a ser respondida.

## 4 VIABILIDADE ECONÔMICA E PLANOS DE NEGÓCIO

No processo de construção do mapeamento, a equipe de coordenação optou em dedicar uma seção do formulário para investigar como os EES acompanhados pela CBNE2 tratam a questão da gestão no que tange aos aspectos da viabilidade econômica incluindo os planos de negócios e infraestrutura existente. Uma das primeiras questões abordadas foi se o empreendimento fazia algum tipo de anotação dos gastos para produzir e para vender. A maioria (58,9%) respondeu que sim e (41,1%) responderam que não fazia nenhum tipo de anotação dos gastos. Quando perguntados como o grupo realiza a formação do preço dos produtos, foi obtido o seguinte resultado.

COMO REALIZA A FORMAÇÃO DO PREÇO DOS PRODUTOS?	
Preço > Mercado	
Preço = Mercado	07
Preço < Mercado	02
A partir do preço do mercado	28
Adiciona frete	02
Visa o lucro	04
Considera o tempo de trabalho	17
Considera a mão de obra	12
Considera custo da matéria prima	13
Preço escolhido pelo coletivo	07

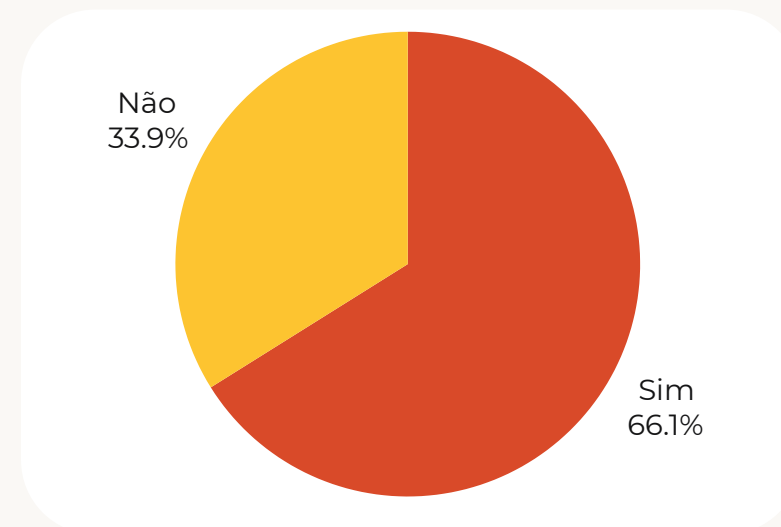
COMO REALIZA A FORMAÇÃO DO PREÇO DOS PRODUTOS?	
Tabela de formação de preço (fixos e variáveis)	07
Considera valor gasto com espaço físico	04
Consultoria	02
Vende e depois separa o valor de insumos para semana	01
Comparando as despesas com valor arrecadado	05
Valor gasto com embalagem	01
Somatório dos custos	09
Atravessadores	03
Valor do animal	01
Alimentação	01

### COMO REALIZA A FORMAÇÃO DO PREÇO DOS PRODUTOS?

Sanidade	01
Venda direta	08
Programa lógica reversa	01
Porcentagem em cima dos gastos	02
Formações sobre precificação com referência no salário mínimo	01
Trocas solidárias	05

Percebe-se que uma parte importante se baseia no preço de mercado, uma outra parte considera o tempo de trabalho e mão de obra e o custo da matéria prima. Ainda sobre a precificação dos produtos foi perguntado se nesta composição era considerado os custos fixo e variáveis. Nesse sentido, as respostas estão assim especificadas.

### Para fazer a formação do preço dos produtos você considera os custos fixos e variáveis?

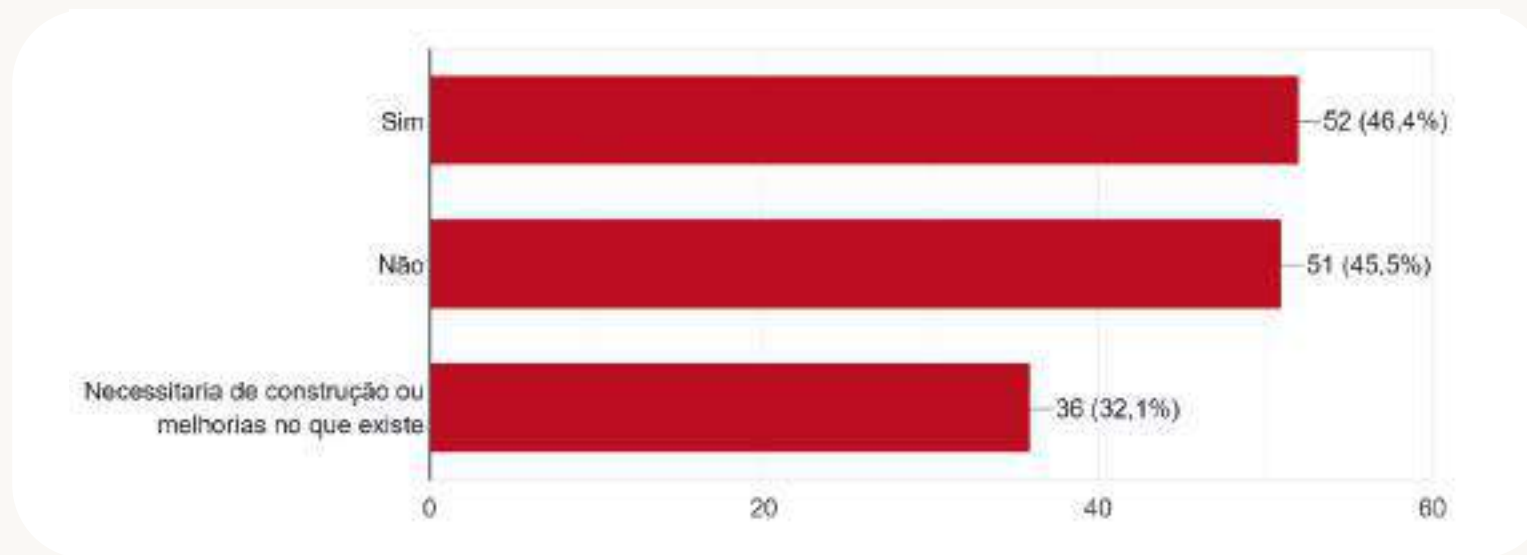


Ao analisar esta informação é preciso considerar algumas questões. Primeiro que ela não era uma pergunta obrigatória. Segundo que, possivelmente, precisou da intervenção do/a entrevistador/a no esclarecimento da pergunta, visto que uma parte considerável dos empreendimentos não fazia nenhum tipo de anotação dos gastos.

Por isso, a recomendação metodológica orientada pela coordenação regional, para obtenção das informações, foi a utilização de formulário e não de questionário. Isso porque o formulário requer a presença de um entrevistador enquanto o questionário não é necessário. Nesse caso, a entrevista foi realizada pelo agente local da Cáritas com capacidade de explicar as perguntas quando necessário.

Outra questão que tem impacto na constituição dos preços dos produtos é o pagamento de impostos. De forma que (7,1%) afirmam que sim, enquanto (92,9%) não pagam impostos. Esta informação vem confirmar a condição jurídica dos empreendimentos entrevistados marcados pela informalidade.

Quanto a infraestrutura foi perguntada se o empreendimento possuía algum local para produção, armazenamento ou comercialização dos produtos. Seguem as respostas:



Este gráfico nos permite dizer que quase a metade dos empreendimentos não tem um local adequado para realizar seu trabalho. (32,1%) afirmar necessitar da melhoria no que existe ou da própria construção de um local adequado. Para o regional da Cáritas é muito importante saber, mais precisamente, quais as demandas que grupos têm nesse campo. Sobre esta informação o encaminhamento da equipe foi apresentar este resultado em documento específico.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como descrito no início deste mapeamento, todo estudo da realidade é por sua natureza complexo e limitado. Sempre o real será maior do que é possível sistematizá-lo. Do real, pegamos apenas fragmentos a partir do objetivo da pesquisa, da metodologia escolhida e das condições objetivas e subjetivas do contexto e dos agentes envolvidos nos processos investigativos. Neste caso, optamos por incluir, ao longo do texto, algumas reflexões possíveis diante das condições postas. Nestas considerações que optamos em não denominar de “conclusões finais,” destacamos alguns elementos, que podem contribuir com a instituição e com as pessoas envolvidas no processo de mapeamento. De forma especial, o regional da Cáritas, as gestoras/es das Entidades Membro e os agentes locais das Entidades Membro.

Destacamos alguns elementos, entre eles, dois princípios fundantes da Economia Popular Solidária que é a autogestão e a solidariedade. Foram cinco questões relacionadas ao que chamamos de “processos de trabalho”. O mapeamento demonstrou que a produção coletiva representa 62% dos EES. Esta não é uma questão menor. Os processos coletivos são espaços de formação na ação e tem a ver, diretamente, com o exercício da autogestão, participação e democracia. No que concerne a solidariedade, é importante destacar que a solidariedade é uma construção cultural que vai se moldando ao ser no seu processo humanizante. Se aprende ser solidário sendo solidário, é na ação concreta, cotidiana que precisamos afirmar esse elemento como construtor de uma outra economia. A participação e incidência política é inerente ação de EPS e uma exigência da missão da Cáritas Brasileira. A Cáritas não é uma Organização Social que executa projetos, ela utiliza desses instrumentos para realizar ações que demonstrem para a sociedade e aos governos constituídos que a “solidariedade transforma” vidas, que a concorrência fraticida na economia é uma construção histórica. Isto nos leva a enfrentar o desafio da formação e capacitação na questão da gestão financeira dos empreendimentos. Nossa ação de EPS precisa contemplar um processo de formação política na perspectiva da liberdade, da fraternidade e da emancipação humana. A capacitação técnica precisa ser articulada com os processos formativos.

Por fim, identificamos algumas lacunas no nosso processo de mapeamento que diz respeito ausência de informações sobre juventude e pouca informação sobre renda. Mesmo sendo informado que uma parte considerável dos empreendimentos tem a expectativa de complementação de renda. Sugerimos que novos processos investigativos sejam realizados no sentido de responder essas questões e outras que se fizerem necessária.



## REFERÊNCIAS

BERTUCCI, Ademar; SILVA, Roberto Marinho Alves. (Org.). 20 Anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs a EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

OLIVEIRA, Rosangela Alves. Universidade e Economia Solidária: um diálogo necessário. Natal: EDUFRRN, 2012.

SINGER, Paul . Uma utopia militante: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – SIES. Visibilidade e Fortalecimento da Economia Solidária. Brasília. 2009.

V CONGRESSO NACIONAL DA CÁRITAS BRASILEIRA. Missão da Cáritas Brasileira. Aparecida/SP. 2017.

## EXPEDIENTE

### **Arcebispo da Paraíba e Bispo Referencial da Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2:**

Dom Frei Manoel Delson Pedreira da Cruz, OFMCap

### **Conselho Regional:**

Itamar de Carvalho | **Cáritas Diocesana de Pesqueira (Presidente)**

José Carlos Martins | **Cáritas Diocesana de Caicó (Vice-presidente)**

Diacono Ricardo Soares | **Cáritas Diocesana de Campina Grande**

Charles André | **Cáritas Diocesana de Palmeira dos Índios**

Severino Ramos | **Fundação Monsenhor Petronilo Pedrosa**

Gilsa Dias | **Cáritas Diocesana de Mossoró**

Neilda Pereira da Silva - **Secretária Executiva Regional**

### **Produção de conteúdo:**

Rosângela Bolte - Assessoria Regional de Economia Popular Solidária (EPS)

### **Revisão de conteúdo:**

Coordenação Colegiada Regional

Fabiana Francelino - Assessoria Regional de Comunicação

### **Diagramação:**

Rosanny Barreto



## EXPEDIENTE

### Comissão Regional do Mapeamento:

- Andreza Alves Guimarães Rodrigues **(Cáritas Diocesana de Guarabira/PB)**  
Amanda Caroline Lopes Silva Soares **(Cáritas Arquidiocesana de Maceió/AL)**  
Adson Acauã Frazão **(Cáritas Diocesana de Pesqueira/PE)**  
Angelo Máximo Soares Silva **(Cáritas Arquidiocesana de Maceió/AL)**  
Beatriz da Silva Barreto **(Cáritas Diocesana de Garanhuns/ PE)**  
Doralice Maria dos Santos **(Fundação Monsenhor Petronilo Pedrosa - Diocese de Nazaré da Mata/PE)**  
Maria Elza Gomes **(Ação Social de Cajazeiras – ASDICA/PB)**  
Flavia Fernando da Silva **(Cáritas Arquidiocesana de Olinda e Recife/PE)**  
Geovane da Silveira Fidelis Querino **(Cáritas Arquidiocesana de Olinda e Recife/PE)**  
Gilsa Dias Bezerra **(Cáritas Diocesana de Mossoró/RN)**  
Maria Gisely Barbosa de Oliveira **(Cáritas Diocesana de Palmeira dos Índios/PE)**  
Núbia Mateus Gomes Soares **(Cáritas Diocesana de Campina Grande/PB)**  
Paulo Ambrósio de Medeiros Junior **(Cáritas Diocesana de Caicó/RN)**  
Randeclecio de Souza Xavier **(Cáritas Arquidiocesana de Natal/RN)**  
Regineide Lucena dos Santos **(Ação Social de Patos/PB)**  
Wilma Santos Pereira **(Ação Social Arquidiocesana da Paraíba/PB)**

## ENTRE EM CONTATO

- 📍 Rua Monte Castelo, 176, Boa Vista | Recife/PE Cep: 50050-310  
☎️ (81) 3231.3435  
🌐 [www.caritasne2.org.br](http://www.caritasne2.org.br)  
📷 @caritasregionalnordeste2  
📺 Cáritas Brasileira Regional NE2  
✉️ [caritasne2@caritas.org.br](mailto:caritasne2@caritas.org.br)  
📌 @CaritasbrasileiraNE2

